



HORTA URBANA COMUNITÁRIA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO TERRITÓRIO

Márcia Regina Iuppi
Ana Paula Araujo
Icléia Albuquerque de Vargas

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir as fragilidades e forças contidas no processo de construção e desenvolvimento de uma horta urbana comunitária agroecológica voltada para a educação ambiental no território e para a produção de alimentos saudáveis. A metodologia empregada foi a pesquisa-ação, processo metodológico que visa produzir mudanças socioespaciais. Planejada e implementada no bairro Jardim Noroeste, na cidade de Campo Grande (MS), a horta comunitária ganhou contornos inesperados em função da pandemia de COVID-19 e dos diversos desafios infraestruturais e organizacionais enfrentados pelo projeto. Como resultado, a horta se transformou em quintais residenciais produtivos. Em 2021, foram estabelecidos quarenta quintais produtivos. Em 2025, cinco permanecem ativos, configurando-se como importantes espaços de práticas agroecológicas, de educação ambiental e alimentar e de fortalecimento da segurança alimentar. Em paralelo, e apesar das dificuldades, o envolvimento comunitário manteve-se significativo, avaliado através das trocas de conhecimentos entre a equipe de pesquisadores-extensionistas e as famílias participantes.

Palavras-chave: agricultura urbana, quintais produtivos, segurança alimentar, agroecologia, sustentabilidade.

Introdução

Hortas comunitárias configuram-se como possíveis instrumentos pedagógicos estruturados para a reflexão e para a execução das práxis em educação ambiental crítica, entendida como um movimento epistemológico insurgente que se recusa a aceitar a naturalização das desigualdades socioespaciais e ambiental.

Muito além de espaços de cultivo, podem se tornar salas de aulas, abertas e vivas, de educação ambiental crítica, onde a prática agrícola se entrelaça organicamente a processos de observação, argumentação, reflexão, análise e conscientização sobre questões ambientais, espaciais, sociais, econômicas e políticas. Possibilita, inclusive, a reconstrução de vínculos coletivos, de pertencimento territorial, de cidadania e a ressignificação da relação com os alimentos, as plantas, os solos, a água e demais organismos vivos envolvidos no processo produtivo em sistemas agroecológicos.





O presente artigo parte de uma inquietação teórico-metodológica: como integrar pesquisa, ensino e extensão em educação ambiental no âmbito do território? Buscamos responder as nossas aflições epistemológicas através do planejamento, implementação e gestão de uma horta urbana comunitária agroecológica. O objetivo deste trabalho é, justamente, discutir as fragilidades e forças deste processo.

A metodologia utilizada é a pesquisa-ação, escolhida pelo fato de permitir intervenção numa determinada realidade que se desejava transformar. A pesquisa-ação é um processo metodológico que visa produzir mudanças (ação) e compreensão (pesquisa), a partir das seguintes etapas: diagnóstico – ação – avaliação – reflexão (COSTA, 2014, p. 145).

A primeira etapa do trabalho foi a realização do diagnóstico do bairro. Na segunda etapa, foram estabelecidas parcerias para a consolidação da rede territorial de financiamento, planejamento e execução da horta junto à comunidade. Em seguida, foram realizadas reuniões periódicas com os grupos de trabalho para a elaboração, execução e monitoramento. Foram estabelecidas oficinas, com a definição dos seguintes temas de discussão junto a comunidade: planejamento e gestão da horta, Educação Ambiental, Educação Alimentar, Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), culinária e culinária PANC, agroecologia, compostagem, destinação dos resíduos, plantio e manejo agroecológico, irrigação sustentável, plantas e cultivos, boas práticas sanitárias, comunidade, pertencimento, cidadania, participação social e democracia, direitos humanos e direito à cidade, economia solidária e economia circular.

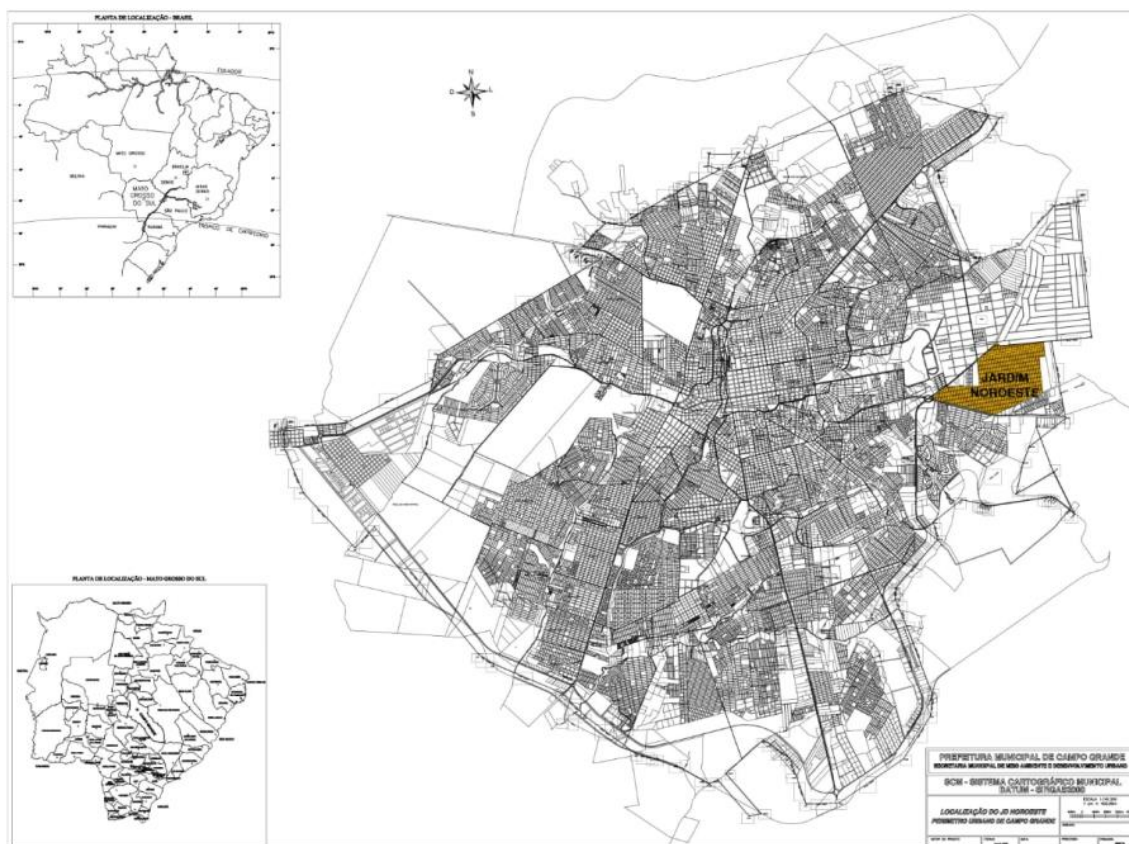
Os processos de avaliação e reflexão do planejamento foram permanentes oportunizando reestruturação e melhora do projeto. Constatou-se, no desenvolvimento da atividade, a demanda por ajustes estruturais na condução das atividades em função da pandemia de covid 19. As restrições sanitárias, o distanciamento social e a redução das atividades presenciais impactaram diretamente a participação da comunidade e o andamento das ações planejadas, exigindo uma reestruturação tanto metodológica quanto operacional. Nesse contexto, procedimentos foram revistos, estratégias de interação foram adaptadas e uma nova forma de gestão compartilhada foi estabelecida, de modo a assegurar a continuidade das atividades estabelecidas no projeto em consonância com as orientações de saúde pública.

A área definida para a realização da pesquisa e extensão foi o bairro Jardim Noroeste, na cidade de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul (figura 1).





Figural: Localização do Bairro Jardim Noroeste, Espaço Urbano de Campo Grande (MS)



Fonte: PLANURB - Instituto Municipal de Planejamento Urbano, 2024.

A opção pelo bairro Jardim Noroeste como território de atuação fundamentou-se na identificação de demandas locais relacionadas à segurança alimentar e nutricional e à valorização desse espaço. Ocorreu uma solicitação feita a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, através do curso de Geografia da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia – FAENG, pela Associação Amigos de Maria, organização não governamental que atua no bairro. Identificada as características socioambientais e econômicas que evidenciaram tanto potencialidades quanto desafios, contatou-se a demanda e a relevância do projeto nesse espaço. Em paralelo, em conformidade com a Lei Municipal nº. 6.514 de 22 de outubro de 2020, que ao instituir o Plano de Agricultura Urbana de Campo Grande, destaca a importância do apoio ao desenvolvimento de hortas urbanas comunitárias em bairros com população em vulnerabilidade social e econômica (BICALHO; ARAUJO, 2025, p. 117).





O Jardim Noroeste se insere nesse propósito. Dos 74 bairros da cidade de Campo Grande, o bairro é o que apresenta menor rendimento médio mensal por domicílio. A renda *per capita* é de R\$ 278,57, 44,3% da população do bairro não possui renda (PANURB, 2024) e 75% das famílias residentes são beneficiadas com programas de renda mínima (dados de campo, 2021). A população residente é de 22.767 habitantes, sendo 38% mulheres, 62% homens e 25,7% crianças de 0 a 14 anos (IBGE, 2022).

Os índices de escolaridade são baixos. O número de anos estudados pelo(a) chefe da família é de 4 a 6 anos, em média (SAUER; CAMPÊLO; CAPILLÉ, 2012). Isso indica que os moradores do bairro Jardim Noroeste não registram anos suficientes para a conclusão do ensino fundamental. Entre os adolescentes, a desistência da escola é um aspecto preocupante. O diagnóstico estabelecido pela pesquisa indica que 30% dos adolescentes do bairro deixaram de estudar em 2021 e 100% exercem algum tipo de atividade remunerada para ajudar as famílias (trabalho de campo, 2022).

Um bairro que é expressão máxima da desigualdade socioespacial que caracteriza a organização do espaço, mais evidente em cidades brasileiras. Segregado e fragilizado pela vulnerabilidade econômica, social e ambiental, o Jardim Noroeste é excluído do acesso aos bens e consumos produzidos na cidade (lazer, cultura, espaços públicos, arborização, saúde). Tal injustiça espacial reforça a concepção de Harvey (2014) de que as cidades são *locus* central da atuação capitalista e refletem o seu sentido.

Espaços Multifuncionais: as hortas urbanas agroecológicas e sua importância para a Educação Ambiental Crítica

Entendemos o rural e o urbano como espacialidades distintas, historicamente marcadas por divisões de trabalho bem definidas e por relações amplas. Possuem ruralidades e urbanidades que representam modo de ser no mundo (BICALHO; ARAUJO, 2025; RUA, 2020). Com processo de reestruturação espacial que marca o capitalismo atual, rural e urbano tornam-se espaços multifuncionais com “interações múltiplas e de múltiplos atores, muitos destes, até então invisíveis no processo de transformação espacial” (BICALHO, 2014, p. 25).

A agricultura urbana e periurbana está inserida nesse propósito. Consiste na produção de alimentos na cidade e seus arredores, em espaços de produção reduzidos, públicos,





privados, comunitários ou cedidos. Volta-se para a segurança alimentar e nutricional, a soberania alimentar, a produção de alimentos saudáveis e para o resgate do conhecimento sobre plantas, incluindo plantas alimentícias não convencionais – PANC. Possibilita, ainda, a educação ambiental e alimentar, a produção de cidades mais verdes e a geração de emprego e renda (FAO, 2012; BICALHO; ARAUJO, 2025).

Os sistemas produtivos são, em geral, agroecológicos o que significa produzir alimentos através de interações equilibradas entre planta, água, animais, solo e luz solar (ALTIERI, 2009). Sistemas sustentáveis de produção de alimentos são concebidos pela integração e relações de equilíbrio entre recursos humanos (econômicos e sociais) e recursos naturais, a fim de garantir qualidade ambiental, sustentabilidade agrônômica, viabilidade socioeconômica, alimentos saudáveis e nutritivos, livres de contaminantes, segurança alimentar, trabalho e renda. O uso de técnicas simples e baratas, como plantas atraentes e repelentes, cobertura morta, compostagem, de armadilhas luminosas, são empregadas, reduzindo ou eliminando o emprego de insumos e defensivos químicos, bem como o custo de produção de alimentos (ARAUJO, 1998).

Ao adotarem práticas agroecológicas, promovendo manejos sustentáveis dos recursos naturais, as hortas urbanas comunitárias não apenas fortalecem a soberania e a segurança alimentar e nutricional, como também desempenham um papel central na formação de uma Educação Ambiental Crítica, ao possibilitar processos participativos de reflexão, conscientização e transformação das relações socioambientais.

São, portanto, espaços pedagógicos e laboratórios de educação ambiental. Em alusão ao Projeto Escolas Sustentáveis e inspiradas, dentre outros fatores, pelo Plano Nacional sobre Mudança do Clima, Trajber e Sato (2010) ressaltam: “espaços educadores sustentáveis são aqueles que têm a intencionalidade pedagógica de se constituir em referências concretas de sustentabilidade socioambiental” (TRAJBER; SATO, 2010, p. 71). Há muitos trabalhos de educação ambiental no âmbito de hortas implantadas em ambientes comunitários e/ou escolares. Pois, conforme Josetti e Vargas (2019), a horta necessita ser vista como um instrumento auxiliar no processo de ensino-aprendizagem sobre temáticas socioambientais. Os autores destacam as potencialidades da horta na produção de novos conhecimentos, contribuindo para maior conscientização sobre “(...) a importância de se discutir temas como água, compostagem, agricultura orgânica, agrotóxicos, degradação ambiental, a necessidade de práticas alimentares mais saudáveis, dentre outros” (JOSETTI; VARGAS, 2019, p. 13).





A legislação vigente, nacional e municipal, reforçam esta visão. O Programa Nacional de Agricultura Urbana (PNAU), através do Decreto 11.700 de 12 de setembro de 2023¹ e, em seguida, a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, com a Lei 14.935 de 24 de julho de 2024 destacam a importância e a necessidade de promover a Educação Ambiental através da prática de hortas urbanas. No município de Campo Grande (MS), a Lei 6.514 de 22 de outubro de 2020, regulamentada pelo Decreto 14.874, de 26 de agosto de 2021², que instituiu o Plano Municipal de Agricultura Urbana de Campo Grande – MS, enfatiza a agroecologia, o agroextrativismo sustentável e a Educação Ambiental. Conforme destacado no Plano Municipal de Agricultura Urbana de Campo Grande – MS:

Art. 1º § 4º As práticas agroecológicas em meio urbano deverão contemplar a melhoria das condições nutricionais e de saúde, de lazer, de saneamento, de interação comunitária, educação ambiental e patrimonial, cuidado com o meio ambiente, função social do uso do solo, geração de emprego e renda, melhoria urbanística da cidade e sustentabilidade (CAMPO GRANDE, 2020).

A importância da Educação Ambiental como um dos componentes basilares da política municipal reaparece no Art. 3º, inciso VIII, da Lei 6.514/2020. O referido artigo indica que o Plano Municipal de Agricultura Urbana do Município de Campo Grande tem como princípio a promoção da Educação Ambiental, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade da cidade (CAMPO GRANDE, 2020).

A experiência em Educação Ambiental do Jardim Noroeste: da horta comunitária aos quintais produtivos

A horta urbana comunitária agroecológica do Jardim Noroeste tem essa função. Ao estimular a Educação Ambiental, nos moldes “não-formais”, afirma um processo formativo de sujeitos autônomos, reflexivos e críticos imersos em tramas de poder, produção e resistência, conforme previsto em diversas recomendações e dispositivos legais, com destaque para a

¹Decreto nº 11.700, de 12 de setembro de 2023. Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.

²Decreto 14.874 de 26 de agosto de 2021. Institui o Plano Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de Campo Grande (MS).





Política Nacional de Educação Ambiental³, que prevê no seu Artigo 13: “entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente” (BRASIL, 1999).

Frente à crise socioambiental e alimentar contemporânea, o Projeto nasce em 2020, a partir de uma proposta da organização não-governamental Associação Amigos de Maria, que atua no bairro há 20 anos. A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul assumiu o planejamento e a coordenação do projeto juntamente com a rede de parceiros territoriais que inclui não somente a Associação Amigos de Maria que atuou no planejamento, execução e gestão e no oferecimento de infraestrutura, como também, o Tribunal Regional do Trabalho – 24ª Região, que financiou o projeto e a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com participação na pesquisa e no planejamento da ação de extensão.

O início da produção comunitária envolveu 40 famílias assistidas pela Associação Amigos de Maria. A adesão das famílias foi voluntária em resposta ao chamado da Associação. Após definição do grupo, instaurou-se um conjunto de reuniões deliberativas destinadas à organização dos processos formativos e à constituição dos grupos de trabalho de cultivo e manejo da horta, em terreno de 360 m² pertencente a Associação Amigos de Maria.

Entretanto, a pandemia de covid-19, forçou o redirecionamento das ações em 2021. A solução encontrada pelo grupo foi o estímulo aos quintais produtivos nas residências das famílias envolvidas no processo. Com a aceitação do grupo, houve a distribuição de um kit horta, que chamamos de *Kit Plantação Orgânica: Cultivando Vidas* (SILVA, 2021), contendo adubo, sementes orgânicas, diário de germinação e vídeo explicativo com o passo a passo para o plantio e cultivo das plantas. O kit foi direcionado às crianças, de 6 a 15 anos

O fornecimento do kit constituiu o ponto de partida para a formação dos quintais produtivos no bairro. A partir desse kit as crianças, com o apoio das famílias, iniciaram o cultivo de hortaliças, frutas e PANC nos seus próprios quintais. Dessa forma, o kit não só forneceu os recursos materiais necessários, mas também atuou como instrumento de Educação Ambiental (figuras 2 e 3).

³Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Disponível na internet via: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em 20 nov. 2025.





Figura 2: Acompanhamento e registro do desenvolvimento de semente orgânica no diário de germinação



Fonte: atividade de campo, 2021. Foto: acervo do Laboratório de Estudos Rurais e Regionais – LER²/FAENG/UFMS

Figura 3: kit Plantação Cultivando Vidas

Agrofloresta urbana comunitária
Associação Amigos de Maria

Organize o material

- Areia
- Terra comum
- Terra adubada ou substrato
- Vaso ou recipiente
- Manta, TNT ou tecido
- Pedras brita, isopor ou argila
- Sementes ou mudas

PASSO A PASSO

1. Escolha um vaso com furos.
2. Pesquise sobre o porte da planta.
3. Faça a camada de drenagem.
4. Prepare a terra ou substrato.
5. Faça um buraco na terra coloque as sementes ou a muda e depois cubra com terra o furo.
6. Coloque o vaso onde pegue o sol mais fraco.
7. Regar observando a necessidade da planta
8. Atenção aos Cuidados: A dica principal para a dúvida sobre como plantar em vaso é prestar atenção no desenvolvimento dos cultivos, percebendo as reações da planta.
9. Anotar no diário de bordo todo o processo do tempo e crescimento.

Boa sorte!
Meus pequenos cientistas!

Fonte: atividade de campo, 2021. Foto: acervo do Laboratório de Estudos Rurais e Regionais – LER²/FAENG/UFMS



Com o agravamento das condições de saúde pública e o conseqüente isolamento social, foram estabelecidos encontros em grupo e troca de conhecimento diário, entre as crianças, suas famílias e os pesquisadores - extensionistas da UFMS, via grupo de WhatsApp criado exclusivamente para a horta, mantendo o caráter comunitário, mesmo no isolamento. Os kits deram origem aos quintais produtivos nas residências que, discutidos *on line*, criaram um espaço educativo virtual, de resistência simbólica, mesmo com a precariedade do acesso à rede de internet.

Na perspectiva da Educação Ambiental Crítica, ancorada nos pressupostos de Paulo Freire, as crianças e seus responsáveis, foram convidados a refletir criticamente sobre as questões ambientais, sociais, e sobre os modelos de produção e de consumo de alimentos. A produção do conhecimento foi dialógica, respeitando e integrando os saberes e as experiências do grupo. Oficinas foram realizadas on line e discutidas permanentemente no grupo. Os resultados são apresentados na tabela 1.

Tabela 1: **As hortas e a educação ambiental no Jardim Noroeste**

Processo	Falas dos sujeitos da pesquisa
Plantio	“Se não tiver água a planta não cresce. Precisamos cuidar da água do planeta”
	“O solo tem vida e minhocas e as minhocas ajudam o solo e a semente cresce e vira muda e vira alface forte e bonita”
	“Plantar com amor ajuda o planeta”
	“Plantar é cuidar da natureza e do planeta e da nossa saúde”
Colheita	“A terra cuida da gente quando a gente cuida dela”
	“Agora temos alimentos frescos em casa”
	“A gente aprendeu que a natureza nos deu alimentos porque cuidamos dela bem, sem veneno”
	“Plantamos em família e colhemos em família. É muito bom ter horta em casa”

Fonte: dados de campo, 2022.





As falas apresentadas na tabela 1, elaboradas pelas crianças do projeto durante o processo formativo de produção de alimentos, contem elementos que dialogam com os pressupostos da Educação Ambiental Crítica. O processo produtivo não é percebido como econômico/tecnicista. Nesse sentido, rompe com a visão meramente instrumental da natureza aproximando o discurso da Educação Ambiental Crítica. Os sujeitos assumem responsabilidades com o alimento e com o ambiente. Em paralelo, a experiência é uma prática ecológica e social compartilhada, possibilitando o fortalecimento dos vínculos.

Ao mesmo tempo, houve a produção de hortaliças e PANC nos quintais produtivos residenciais (figura 3), contribuindo para a segurança alimentar, em um bairro vulnerável, e em um período de restrição de convívio social e de agravamento das condições econômico-financeiras. A avaliação dessa etapa foi mensurada pelas trocas diárias no grupo e pelo monitoramento do manejo agroecológico.

Figura 3: **Plantas alimentícias não convencionais na horta e na mesa**



Fonte: trabalho de campo, 2021. Foto: acervo do Laboratório de Estudos Rurais e Regionais – LER²/FAENG/UFMS

Com o fim da pandemia e a conseqüente retomada das atividades presenciais, tornou-se possível implementar o plantio direto no terreno da Associação (figura 4). O planejamento foi novamente redirecionado para a execução dessa etapa junto as crianças e suas famílias.

Figura 4: **Horta comunitária agroecológica – Jardim Noroeste**





Fonte: atividade de campo, 2022. Fotos: acervo do Laboratório de Estudos Rurais e Regionais – LER²/FAENG/UFMS

Entretanto, a permanência da horta comunitária no terreno mostrou-se inviável com o tempo, haja vista a precariedade da infraestrutura, como a inexistência de cercamento adequado do terreno, a falta de água prejudicando o processo de irrigação sustentável e a recorrência de furtos de materiais no terreno. Na prática, a utilização do espaço urbano como um direito coletivo, como propõe Harvey (2024), é complexo e difícil, sobretudo em territórios fragilizados. Mas, as hortas comunitárias representam um caminho possível.

Não obstante aos desafios enfrentados ao longo do processo de plantio direto, o engajamento das famílias, sobretudo das crianças, revelou-se extremamente positivo. Os quintais permaneceram produtivos nas residências. Dos quarenta inicialmente instituídos na pandemia de covid 19, cinco estão ativos e em pleno funcionamento até os dias atuais. Ainda que somente cinco, dentre os quarenta previstos, esse número assume relevância expressiva sob uma perspectiva qualitativa, dada à capacidade de mobilizar saberes, vínculos, experiências comunitárias e fomentar práticas em Educação Ambiental e Alimentar.

Considerações Finais





A experiência da horta através dos quintais produtivos agroecológicos tem demonstrado fragilidades e forças. É satisfatório o envolvimento da comunidade, mas mantê-lo é um desafio não resolvido. Em consequência, o fortalecimento dos laços comunitários, almejado no planejamento inicial, não foi plenamente alcançado. Contudo, observa-se a consolidação dos vínculos familiares e territoriais. As crianças representam engajamento e entrega e, a partir delas, os adultos tendem a se envolver e a tecer os vínculos de pertencimento e de cidadania no território.

A participação, permanência e consistência dos processos formativos, realizados *on line* ou na sede da Associação Amigos de Maria, exige tempo e recursos. E isso não é de solução simples, pois é necessário captação financeira, bolsas de extensão universitária, assim como, reestruturação constante no planejamento e nos processos avaliativos. O diálogo e a troca de saberes entre o grupo de pesquisadores-extensionistas e a comunidade local foi instigante e possibilitou um olhar crítico para as contradições sociais e ambientais do espaço vivido.

Percebemos que a horta, desenvolvida nos quintais residenciais que chamamos de quintais produtivos, à luz da Educação Ambiental Crítica, não se trata apenas um instrumento didático de produção de alimentos ou uma estratégia de sustentabilidade, mas de um caminho pedagógico de emancipação, de utopia, de construção de processo civilizatório capaz de proporcionar o pensamento sobre um outro mundo possível, mais solidário, diverso e sustentável, no qual o direito coletivo se sobrepõe ao direito individual.

Como fruto do trabalho realizado, foi evidenciado o cuidado com as plantas e com o território. A incorporação de saberes sustentáveis e de práticas agroecológicas no dia a dia das famílias é positiva.

Porém, a manutenção dos quintais produtivos nas residências se revela complexa, embora contribua de forma direta para o fortalecimento da segurança alimentar das famílias envolvidas e assegura o acesso a alimentos saudáveis. Dentre os problemas enfrentados, destacam-se a ausência de tempo e de recursos financeiros para a manutenção das hortas em casa. Mesmo diante das adversidades, a permanência produtiva nos quintais residenciais evidência não apenas a resiliência das famílias envolvidas, mas, também, o alcance social e pedagógico do projeto como um todo.

Acentua-se, também, a importância dos projetos de horta comunitária para desencadear estímulos à formação continuada dos sujeitos. Crianças, adolescentes e adultos





envolvidos nos quintais produtivos são incentivados a buscar e aprofundar conhecimentos. Há casos de interesse pelo retorno à educação básica, assim como, pela graduação e pela pós-graduação.

A extensão universitária revela-se igualmente necessária. Insere a Universidade nas comunidades, ao mesmo tempo, em que abre suas portas para os sujeitos dessas comunidades que pouco conhecem esse universo. A Geografia, em particular, ganha força e visibilidade junto a sociedade que passa a conhecer a importância e as especificidades desta ciência. Por outro lado, o poder público, em suas mais diversas funções, também passa a se envolver de forma mais efetiva junto a essas comunidades.

Concluimos que a consolidação de quintais produtivos no Jardim Noroeste apresenta simultaneamente fragilidades e forças. E, no caminho, o despertar da consciência ambiental crítica, através da agroecologia na cidade. Percebe-se, inclusive, a superação das condições iniciais, limitantes ao processo de ressignificação e transformação socioespacial com o amadurecimento da autonomia individual e coletiva à luz de Paulo Freire.

Agradecimentos: Agradecemos o apoio do Tribunal Regional do Trabalho 24ª Região, da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT – MS) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. **Agroecologia: dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ARAUJO, Ana Paula. **Alternativas tecnológicas na agricultura de Nova Friburgo (RJ): um caminho para o desenvolvimento sustentável?** Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 1998. (Dissertação de mestrado em Geografia).

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília - DF, 1999.

BICALHO, Ana Maria de Souza M. Espaço rural contemporâneo: abordagem teórico-metodológicas. In: ARAUJO, Ana Paula Correia de.; VARGAS, Icléia Albuquerque de (orgs.). **Dinâmicas do rural contemporâneo**. Campo Grande (MS): UFMS ed., 2014.

BICALHO, Ana Maria de S. M.; ARAUJO, Ana Paula. [Agroecologia e sustentabilidade no território: agricultura urbana de Campo Grande, Mato Grosso do Sul](https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/76179). **Revista Campo Território**, v. 20 n. 58 jan./abr., 2025. Disponível na internet via: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/76179>. Acesso em 10 jul. 2025.





BRASIL. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999.** Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível na internet via: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em 20 nov. 2025

BRASIL. **Lei nº 14.935 de 26 de julho de 2024.** Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114935.htm. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº. 11.700 de 12 de setembro de 2023.** Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11700.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

CAMPO GRANDE. **Lei no 6.514 de 22 de outubro de 2020.** Institui o Plano Municipal de Agricultura Urbana de Campo Grande – MS e dá outras providências. Diário Oficial de Campo Grande: Campo Grande (MS), ano XXIII n. 6.099, 2020. Disponível em: <https://bibliotecaagriculturaurbana.mds.gov.br/jspui/handle/123456789/376>. Acesso em: 28 out. 2024.

COSTA, E. A. A experiência de desenvolvimento rural sustentável no assentamento 72, Ladário (MS). In: ARAUJO, Ana Paula Correia de.; VARGAS, Icléia Albuquerque de (orgs.). **Dinâmicas do rural contemporâneo.** Campo Grande (MS): UFMS ed., 2014.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Criar cidades mais verdes.** Roma, 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/015/i1610p/i1610p00.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2023.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE. **Censo Demográfico.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível na internet via: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em 12 jul. 2025.

JOSETTI, A. C. L., VARGAS, I. A. de. Educação Ambiental Crítica: vivências pedagógicas em contexto de uma horta escolar em escola pública. In: **Revista Educação Ambiental em Ação**, ISSN 1678-0701, v. 67, 2019. Disponível em: <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=3606> Acesso em 12 jul. 2025.

PLANURB. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande.** Campo Grande: Instituto Municipal de Planejamento Urbano Ed., 2024. Disponível na internet via: <https://cdn.campogrande.ms.gov.br/portal/prod/uploads/sites/18/2024/08/Perfil-Socioeconomico-de-Campo-Grande-2024>. Acesso em 10 jul. 2025.

RUA, J. Relações cidade-campo e urbano-rurais: rerepresentando as urbanidades no rural como elementos constitutivos do espaço em metropolização. **Revista GEOgraphia**, v. 22, n. 48, p. 203-2016, 2020.

TRAJBER, R., SATO, M. Escolas Sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. In: **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental (REMEA)**, v. especial, setembro de 2010.

SAUER, Leandro; CAMPÊLO, Estevan; CAPILLE, Maria A. L. **Mapeamentos dos índices de exclusão e inclusão social em Campo Grande - MS: uma nova reflexão.** Campo Grande: Ed. Oeste, 2012.





XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-FONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

SILVA, Regina Maria de Oliveira Scatena da. **Horta urbana comunitária: projeto-Ação 1 – Kit plantação cultivando vidas.** Campo Grande: FAENG/UFMS, 2021. (Trabalho de conclusão de curso).

